

Responsabilidade social universitária e sua aplicabilidade no ensino superior

Elise Cristina Eidt¹

Larissa de Lima Trindade²

Rosane Calgaro³

Resumo: Este artigo objetivou analisar a produção científica nacional e internacional de 2004 a 2019 a respeito da Responsabilidade Social Universitária (RSU) e sua aplicação nas instituições de ensino superior públicas. Para isso uma revisão integrativa de literatura foi realizada na *Web of Science*. Os resultados revelam categorias de discussão acerca da RSU: seu conceito, aplicabilidade, formas de avaliação, e também suas contribuições e limitações para a educação superior. Apesar de a RSU estar em construção, avanços podem ser sinalizados, especialmente quanto aos impactos que promove.

Palavras-chave: Gestão Universitária; Política Pública Social; Responsabilidade Social.

University social responsibility and its applicability in higher education

Abstract: This article aimed to analyze the national and international scientific production from 2004 to 2019 regarding University Social Responsibility (USR) and its application in public's higher education institutions. For that, an integrative literature review was carried out in the Web of Science. The results reveal categories of discussion about RSU: its concept, applicability, ways of evaluating, and also its contributions and limitations for higher education. Despite the USR being under construction, advances can be signaled, especially regarding the impacts that promotes.

Keywords: University Management; Social Public Policy; Social Responsibility.

Introdução

A Responsabilidade Social (RS) encontra nas universidades um lugar excepcional para sua difusão enquanto conceito e enquanto prática. Emergindo, por um lado, como um reflexo da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e parte das novas estratégias do capitalismo global e, por outro lado, como resposta aos desafios de recriar instituições que formem profissionais e gerem conhecimentos de forma orgânica, considerando a necessidade de responder a novos problemas de desenvolvimento e enfrentar o desafio da transformação da educação superior para o desenvolvimento ético, justo e sustentável.

1 Mestra. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: elise.eidt@uffs.edu.br

2 Doutora. Professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó-SC.

3 Doutora. Professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Observa-se que foi com a instituição da extensão que as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a ampliar sua atuação, estabelecendo uma relação mais direta com os segmentos da sociedade, estruturando assim a ideia de compromisso social. Em decorrência da intensificação desse compromisso, a Responsabilidade Social Universitária (RSU) ganha novos contornos e relevância, adentrando também ao ensino, a pesquisa e a própria gestão das IES (VILLANUEVA, 2012). Delgado, Vargas e Ramos (2012) e Noguera e Cubillos (2015) são alguns dos autores que apontam que a pesquisa sobre a RSU é uma tendência crescente, que tenta refletir, em definitivo, o ressurgimento de valores na sociedade, bem como a manifestação de instituições para envolver suas iniciativas com a sociedade civil.

Frente tal cenário, o problema levantado para a presente pesquisa consiste em compreender: o que revelam os estudos nacionais e internacionais a respeito da RSU e sua aplicação nas IES públicas? Nesse sentido, objetivou-se analisar a produção científica nacional e internacional no período de 2004 a 2019 a respeito da RSU e sua aplicação nas instituições públicas, a partir da realização de uma revisão integrativa na base de dados *Web of Science*. Salienta-se que a revisão integrativa permite sintetizar e originar conclusões gerais sobre a temática, assim como, favorece o acesso aos principais resultados de pesquisas disponíveis no meio científico (SOARES, et al., 2014).

Entendendo ainda que o movimento da RSU perpassa por uma visão mais ampla e transversal do compromisso social nos quatro processos básicos da universidade, que são: o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão (LONDOÑO, 2015; MARTÍNEZ-USARRALDE; LLORET-CATALÁ; MAS-GIL, 2017; MEBARACK; RUIZ, 2018), a revisão integrativa foi baseada na abordagem de RSU proposta por Vallaey, Cruz e Sasia (2009). Esse modelo foi recomendado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o diagnóstico da efetividade do relacionamento da universidade com a sociedade, como um processo de melhoria contínua da universidade (SANTELI; MONTOYA, 2017). Tem apresentado destaque em diversas pesquisas como a abordagem mais utilizada na literatura (LÓPEZ-NORIEGA; ZALTHEN-HERNÁNDEZ; CERVANTES-ROSAS, 2016; ALAMILLA, et al., 2017; CÉSPEDES AGUIRRE, 2019; DUQUE; CERVANTES-CERVANTES, 2019).

Segundo Vallaey, Cruz e Sasia (2009), a maneira mais prática de definir a RS da universidade é considerar os impactos que a instituição gera em seu ambiente, sendo estes divididos em quatro tipos: (i) Impactos do funcionamento organizacional (gestão); (ii) Impactos educacionais (ensino); (iii) Impactos cognitivos e epistemológicos (pesquisa) e (iv) Impactos sociais (extensão). Ao determinar quais são os tipos de impactos gerados pela universidade nas suas atividades cotidianas, também será possível perceber os riscos que estão associados a esses impactos. A partir disso, a instituição pode refletir e promover iniciativas a favor de impactos positivos, considerando o envolvimento dos atores universitários (DUEÑAS, 2015) por meio do desenvolvimento de quatro eixos de RSU: *Campus* Responsável; Formação Profissional e Cidadã; Gestão Social do Conhecimento e Participação Social.

Como justificativa para a pesquisa destaca-se que no contexto brasileiro, o Estado não dispõe de dispositivo legal com foco específico na RS. No entanto, é possível identificar princípios inerentes ao tema e que podem ser compreendidos como uma orientação legal, quando se aborda o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861/04. Esse regulamento está pautado no “[...] aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES” (BRASIL, 2004, Art. 1º, § 1º), constando a temática como uma das dez dimensões de avaliação.

Também é importante salientar que, a escassa produção científica sobre o estado da arte das ações de RSU em IES públicas, têm gerado dificuldade para a realização de análises, mantendo em aberto uma lacuna (CALDERÓN, GOMES, BORGES, 2016). Sendo assim, torna-se oportuno investigar as ações de RSU no ambiente público universitário de ensino (RUIZ-CORBELLA; BAUTISTA-CERRO RUIZ, 2016).

Além da introdução, este artigo se estrutura em três seções adicionais, com apresentação da metodologia, seguida da discussão e análise dos estudos sobre RSU e o registro das considerações finais. Por fim, ainda são detalhadas as referências empregadas no estudo.

Metodologia

Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa de pesquisa, realizada a partir de revisão da bibliografia nacional e internacional produzida no período de 2004 a 2019 a respeito da RSU e sua aplicação nas IES públicas. Este recorte temporal de pesquisa foi definido, tendo em vista que no ano de 2004 a temática da RSU foi incluída como uma das dimensões de avaliação do SINAES (BRASIL, 2004, Art. 1º, § 1º). Com isso, a RSU ganhou novos contornos e assumiu certa relevância no cenário das IES brasileiras. Já o ano de 2019 foi definido como limite, dado em que 2020 ocorreu a pandemia de Covid-19, que gerou impactos no desenvolvimento das atividades por parte das mesmas.

Para a pesquisa, adotou-se a técnica de levantamento bibliográfico via revisão integrativa da literatura. A revisão integrativa contribui para a busca, a avaliação crítica e o processo de sistematização e integração (categorização) dos achados, visando a compreensão de determinado tema, a partir de múltiplos estudos independentes (SOARES et al., 2014), no intuito de concretizar a complexidade de temáticas que envolvem a integração entre questões individuais e contextuais como é o caso da RSU. Desta forma esta revisão permitiu, focalizar nos conceitos, na aplicação e nas formas de avaliação da RSU nas IES públicas e, a partir disso, detalhar as contribuições (pontos fortes) e limitações (pontos fracos) da temática.

Os artigos foram levantados junto a base de dados *Web of Science* que conta com uma base completa, interdisciplinar e multidisciplinar, que indexa os periódicos com mais citações em suas áreas de conhecimento, tais como Scopus e ProQuest. É ainda um índice de citações na web, que permite verificar as citações recebidas, as referências empregadas e gerar resultados bibliométricos. Sua utilização atende aos critérios de relevância e reconhecimento nacional e internacional de pesquisadores, assim como pertence à plataforma do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Abrange nos dias atuais mais 21.000 periódicos acadêmicos revisados por pares e de alta qualidade, publicados em todo o mundo em mais de 250 disciplinas de ciências, ciências sociais, artes e humanidades em diferentes idiomas (CAPES, 2012; CLARIVATE, 2021).

O estudo foi elaborado, considerando as etapas indicadas para a constituição da revisão integrativa da literatura, que são: i) seleção dos descritores de interesse a partir do tema da pesquisa; ii) definição dos descritores; iii) estabelecimento dos critérios para seleção da amostra; iv) registro dos estudos selecionados em formulário previamente construído; v) análise dos dados e interpretação dos resultados (SOARES, et al., 2014).

Ponderando o problema da presente pesquisa, foram consideradas publicações científicas direcionadas às instituições públicas de ensino e que tratassem pelo menos de um dos eixos da temática (gestão, ensino, pesquisa ou extensão), conforme evidenciado no modelo de RSU de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009). Assim, foram empregados como descritores: i) *University Social Responsibility*; ii) *Social Responsibility in Higher Education*; iii) *Vallaeys*; iv) *Impacts of University Social Responsibility*; v) *Extension as Social Responsibility*; vi) *“Diagnos*” University Social Responsibility*. Em algumas situações, a busca foi realizada recuperando registros contendo todas as palavras digitadas (de modo não exato/com variações), que podem ou não aparecer juntas, e em outros momentos foi buscado o termo exato no plural e/ou singular. Tais diferenciações foram aplicadas buscando gerar melhores resultados, aumentando as possibilidades de seleção de artigos.

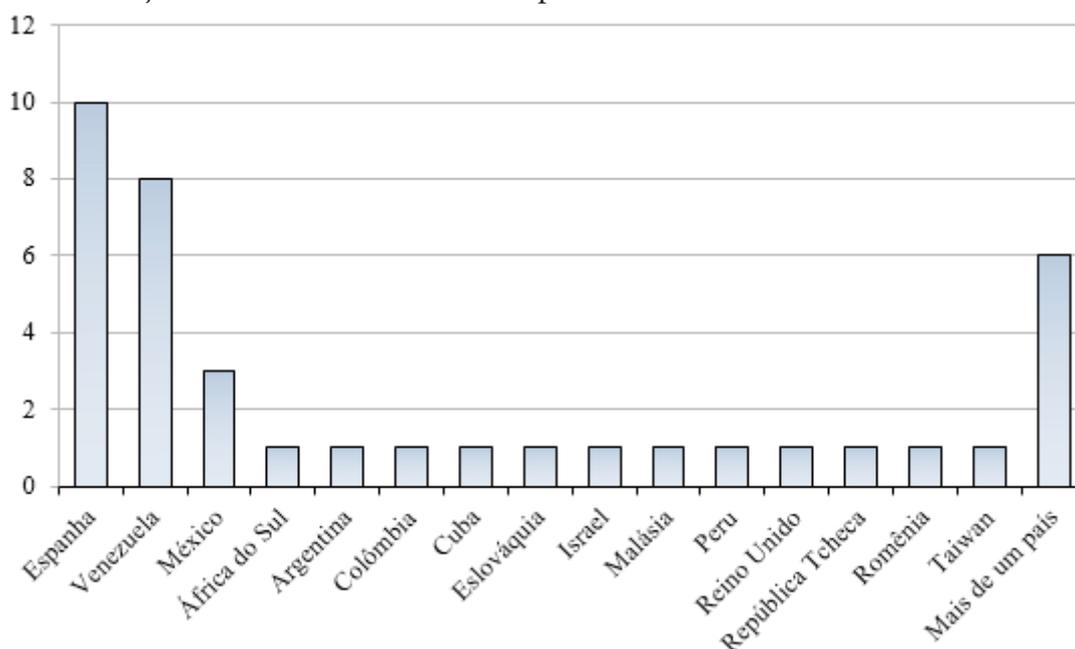
Para selecionar os documentos, foram estabelecidos critérios de inclusão, sendo considerados: (i) artigos a partir do vigor do SINAES (2004) até dezembro de 2019; (ii) em português, inglês ou espanhol; (iii) disponibilizados na íntegra no formato eletrônico gratuito; (iv) que discutissem alguma contribuição teórica ou prática da RSU especialmente direcionada/aplicada às instituições públicas de ensino superior, englobando pelo menos um dos eixos da RSU e descartando as repetições. Assim, o resultado final foi constituído de 44 artigos que estão categorizados na secção seguinte, conforme preconiza a metodologia de integração dos estudos.

Análise dos achados: o que revela a literatura?

Inicialmente, destaca-se que, de modo geral, os artigos selecionados discorrem, principalmente, sobre as dificuldades conceituais do tema e o formato de avaliação a ser realizada pelas IES, corroborando com o que foi identificado por Vallaey (2011). O estudo discute os problemas teóricos e práticos sofridos pelo movimento da RS, que ainda está em andamento e abrange o trabalho teórico de mobilizar toda a concepção legal e ética do que se entende por “responsabilidade social universitária” e também a criação de ferramentas práticas pertinentes. Existe uma heterogeneidade e multiplicidade de concepções de RSU, o que destaca a necessidade de as universidades melhorarem sua compreensão e aplicação do tema (QUEZADA, 2011).

Destaca-se que a literatura tem como foco principal os países latino-americanos, seguido dos países europeus, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, que apresenta a distribuição dos artigos em termos de países.

Gráfico 1 – Distribuição da literatura em termos de países.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os resultados corroboram com o identificado por Duque e Cervantes-Cervantes (2019), de que os países com maior produção no campo da RSU são latino-americanos. Também foi possível observar que 12 artigos foram redigidos em língua inglesa e os demais em espanhol, o que denota que a maioria das revistas são de países da América Latina.

Além dos dados apresentados no Gráfico 1, tem-se outros cinco estudos que derivaram de revisão de literatura num contexto internacional, não citando países específicos. Entretanto, todos foram publicados por professores latino-americanos, demonstrando que o tema é mais consolidado nas IES de países como Venezuela, Cuba, Argentina, Peru, México e Colômbia.

Não foram localizadas no *Web of Science* publicações que analisam o caso brasileiro, apenas Martí-Noguera e Quezada (2019) citaram que houve avanço legislativo no sistema de ensino superior do Brasil, mostrando convergências e especificidades que refletem nuances diferenciais entre as tradições de países latino-americanos.

Quando se observa a legislação do SINAES, nota-se que a descrição sobre Responsabilidade Social é abrangente, inserindo quesitos sociais, ambientais e referentes à cultura e à memória. Entretanto, a definição não é acompanhada por instruções no que concerne à prática e à gestão da RSU pelas IES. O planejamento, a execução, o controle, e formas de avaliação bem definidas, que devem estar atreladas à interpretação da razão de ser da universidade no contexto em que atua, são requisitos básicos e essenciais para o desenvolvimento da RSU (NASCIMENTO, et al., 2015; LO, et al., 2017). Assim, apesar de não terem sido retornados estudos no Brasil, os achados na literatura internacional vêm no sentido de qualificar a prática e a gestão da Responsabilidade Social Universitária em âmbito nacional, ao passo que permitem compreender que como eixo transversal a temática deve conectar os pilares do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, trazendo um movimento coordenado e potencializando os impactos positivos das IES públicas.

Observam Vallaeys, (2014) e Martínez-Usarralde, Gil-Salom e Macías-Mendoza (2019) que o termo RSU não foi isento de discussões, porque se interpretou de um ponto de intrusão política no trabalho das IES ou como limitado às práticas relacionadas ao voluntariado, aprendizado e serviço com a comunidade. A falta de uma orientação política no início, somado ao debate que o termo RS provoca no ambiente de negócios ao qual o início é atribuído (MARTÍ-NOGUERA; GAETE, 2019; VALLAEYS; ÁLVAREZ RODRÍGUEZ, 2019) abre espaço para diferentes conceitos, práticas e problematizações.

Ainda, conforme Ramallo (2015), o conceito de RSU deve ser problematizado e, sobretudo, sua avaliação, campo pouco estudado e desenvolvido e que deve ser ressignificado do sentido que possui no âmbito empresarial, por meio da conscientização das próprias limitações e dilemas da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) (VALLAEYS, 2011). Assim, apresenta-se, na sequência, os desdobramentos identificados em relação ao conceito de RSU.

Quanto aos conceitos

Em relação a conceituação da RSU algumas conclusões são mais frequentes: (i) que a RSU é uma área em construção, sendo necessária sua naturalização, para que as IES integrem essa política na prática institucional; (ii) que a temática é conceituada de distintas maneiras, porém prevalecem as definições de gestão dos impactos de Vallaeys (2003, 2006, 2007, 2008, 2011) e Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) como as mais coerentes, perante os referenciais apresentados tanto nas revisões bibliográficas de Gasca-Pliego e Olvera Garcia (2011), Quezada (2011), Dueñas (2015), Ramallo (2015) e Villalonga e Paspuel (2015). A constatação se confirma nos estudos de caso desenvolvidos por Burcea e Marinescu (2011), Aristimuño e Monroy (2014), Leal e Moreno (2015), Vázquez, Aza e Lanero (2015), Sidorova (2015), López-Noriega, Zalthen-Hernández e Carrillo-Marín (2015), López-Noriega, Zalthen-Hernández e Cervantes-Rosas (2016), Alamilla *et al.* (2017), Hernandez-Corchete (2017), Cea Esteruelas (2018), Madzík, Budaj e Chocholáková (2018), Shaari et al. (2018), Valdunciel (2018), Hsieh (2019), Céspedes Aguirre (2019),

Gallardo-Vázquez (2019). Na mesma direção estão as análises de múltiplos casos de Salom, Pelekais e Núñez (2011), Ruiz-Corbella, Bautista-Cerro Ruiz (2016), Crasto, Marín e Senior (2016) e Miotto, Blanco González e Castillo Feito (2018).

Assim, para estes autores a RSU é considerada uma política de gestão ética, que busca alinhar seus quatro processos (ensino, pesquisa, extensão e gestão) com a missão da universidade, seus valores e compromisso social, através da gestão dos impactos (educativos, cognitivos, laborais e ambientais) que a atividade universitária gera, prestando contas aos grupos de interesse. Em adição, Miotto, Blanco González e Castillo Feito (2018) destacam que para uma implementação correta da RSU, as instituições precisam estabelecer ou seguir etapas como: compromisso, diagnóstico automático, conformidade e responsabilidade, e esse ciclo precisa ser repetido, com um novo autodiagnóstico, definição do plano de avaliação e comunicação dos resultados.

A promoção da RSU como uma adaptação do conceito de RSC também se destacou (SIDOROVA, 2015; ALAMILLA, et al., 2017; HERNANDEZ-CORCHETE, 2017), sendo determinada por alguns autores como atribuível a qualquer organização, que possua uma maneira de atuar na sociedade de forma voluntária, moral e ética (NORIEGA; ZALTHEN-HERNÁNDEZ; CARRILLO-MARÍN, 2015), demonstrando-se engajada nos problemas das comunidades (BURCEA; MARINESCU, 2011).

Apesar de a RSU derivar do contexto de RSE, Vallaey (2017) critica as limitações de uma visão gerencial estreita como as ferramentas de gestão empresarial abordam. Também, Vallaey, Cruz e Sasia (2009) enfatizam que a prática da RSU é diferente da área empresarial, porque abrange impactos específicos e únicos que dizem respeito às IES. Reconhece-se que os impactos educacionais e cognitivos são causados pelas próprias universidades como organizações, e os impactos sociais e organizacionais podem ser causados tanto pelas IES quanto pelas empresas (VÁZQUEZ; AZA; LANERO, 2015). Nessa linha, Ruiz-Corbella e Bautista-Cerro Ruiz (2016) pesquisaram os conceitos e sua situação nas universidades espanholas e concluíram que a RSU significa uma mudança no modelo universitário, uma vez que afeta todas as áreas de atuação, ou seja, é um modelo que não pode ser simplesmente adaptado da RSE, pois exige toda uma dinâmica e realidade própria das universidades.

Ao definir o conceito no campo terciário, não há unanimidade, chamando-o indiscriminadamente de RSU, terceira missão ou dimensão social das universidades. Obviamente, cada terminologia afeta um escopo e/ou dimensão, mas o que deveria unir as IES é a crescente consciência social do impacto de suas ações e seu papel inegável no desenvolvimento social, econômico e cultural (RUIZ-CORBELLA; BAUTISTA-CERRO RUIZ, 2016). Vallaey e Álvarez Rodríguez (2019) enfatizam que a RSU é uma nova política de gestão universitária que redefine a tradicional extensão e a projeção social solidária, introduzindo uma abordagem global de atendimento dos impactos administrativos e acadêmicos em todos os processos. Porém, esse consenso não é óbvio, pois gera dificuldades específicas de treinamento e entendimento ao implementar um plano estratégico de RS.

Quezada (2011) é o único autor que propõe três perspectivas que norteiam as diferentes propostas e pontos de vista do conceito de RSU: gerencial, transformadora e normativa. A perspectiva gerencial contempla os agentes interessados e os impactos que as atividades geram para esses agentes; a transformadora busca gerir as contribuições e reflexões em busca de uma sociedade melhor, mais equitativa e justa; a normativa trata da aplicação de valores e princípios em redes nacionais e internacionais e o desenvolvimento de códigos de ética e de conduta.

Em estudo empírico que buscou entender como o público interno de 17 universidades latino-americanas (60% de caráter público) avançaram no entendimento da RSU, Vallaey e Álvarez Rodríguez (2019)

pesquisaram cinco conceitos de RSU levantados na literatura. Os resultados marcaram várias tendências, entre elas destaca-se que, a abordagem estritamente assistencial diminuiu na mente dos universitários. Além disso, as preferências apontaram para a perspectiva de participação no desenvolvimento local, regional e nacional, integrando as partes interessadas, e para o foco do Guia da Organização Internacional para Normalização (ISO) 26000, que define RS como gerenciamento de impactos organizacionais. Com isso, os autores concluíram que esse conceito começou a penetrar na mente da comunidade universitária e que a visão redutora do compromisso social assumida apenas pela extensão voluntária está sendo superada.

Martí-Noguera e Quezada (2019), destacam que parte dos fundamentos do conceito de RSU na América Latina é apoiada pelas contribuições do projeto *Universidad Construye País* desenvolvido no Chile entre 2001 e 2008. Também observaram a RSU como modelo de gestão, que enfatiza a importância de as IES assumirem a responsabilidade pelos impactos gerados. Dessa forma, o debate e a reflexão sobre a implementação de políticas públicas que fortaleçam o comportamento socialmente responsável das IES nos territórios latino-americanos é essencial.

Conforme identificado, existe uma heterogeneidade e multiplicidade de concepções de RSU, além de desafios globais de gerenciamento e implementação de políticas públicas. Isto ressalta a necessidade de as universidades se debruçarem sobre a compreensão e aplicação do tema, o que culmina também a questionar quais as formas vigentes e/ou utilizadas para mensurar essa importante atividade.

Quanto a aplicabilidade dos modelos e das metodologias de avaliação da RSU

Inicialmente, os estudos demonstram que a formulação e a aplicação de um instrumento eficaz para o desenvolvimento e a avaliação da RSU, aparece como uma atividade que ainda não atingiu a importância necessária nas IES. Como destaca Hernandez-Corchete (2017) é notável a dificuldade de mensurar o comprometimento das universidades com a sociedade, principalmente em virtude da variedade de abordagens adotadas de RSU. Tais abordagens, em sua maioria, não possuem parâmetros e indicadores padronizados, o que culmina em práticas e avaliações deficitárias sobre os impactos e mudanças que efetivamente geram.

Nesse cenário, observa-se que os estudos retornaram inúmeras formas propostas ou aplicadas para diagnosticar a RSU, sendo as mais predominantes relacionadas ao Guia ISO 26000 (NEJATI, et al., 2011; KUČEROVÁ; FORMÁNKOVÁ; PRÍSAŽNÁ, 2016; MADZÍK; BUDAJ; CHOCHOLÁKOVÁ, 2018; VALLAEYS; ÁLVAREZ RODRÍGUEZ, 2019). Além destes, também se destacam os modelos adaptados do manual de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) (LÓPEZ-NORIEGA; ZALTHEN-HERNÁNDEZ; CERVANTES-ROSAS, 2016; ALAMILLA et al., 2017; CÉSPEDES AGUIRRE, 2019). Relacionados à comunicação organizacional e mídias digitais se sobressaem alguns trabalhos (ALDEANUEVA FERNÁNDEZ; ARRABAL SÁNCHEZ, 2018; CEA ESTERUELAS, 2018; NÚÑEZ PAULA; BERMÚDEZ REYES, 2019). Entre as proposições também foram evidenciados estudos mais voltados à área da saúde (LEIGH-HUNT, et al., 2015; BAÑOS-GARCÍA; LEYVA-MADRIGAL, 2018).

Para a aplicação dos modelos encontrados na literatura, observou-se que alguns são básicos, com apenas uma fase. Outros exigem mais etapas, como a exemplo do modelo de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) e o apresentado por Ramos Parra, García Martínez e Pérez Cedeño (2011).

A ISO 26000 - que pode ser aplicada tanto no universo empresarial quanto no das IES - possui sua complexidade de implementação. Madzík, Budaj e Chocholáková (2018) executaram cinco fases quando da aplicação na Faculdade de Educação da Universidade Católica de Ružomberok. Nas constatações os

autores ressaltaram que uma das desvantagens da metodologia é que ela declara apenas o que deve ser feito, mas não o método de como fazê-lo.

Para Vallaey e Álvarez Rodríguez (2019) o grande mérito da ISO 26000 é que a RS agora está bem definida: (1) seu conteúdo é o gerenciamento dos impactos da organização, dentro e fora de si; (2) seu objetivo é o desenvolvimento humano e a sustentabilidade social e ambiental da comunidade; (3) seu meio é a participação de todas as partes interessadas. No entanto, embora a norma possa guiar e inspirar a definição de RSU, não pode simplesmente servir de modelo a ser aplicado nas universidades, uma vez que, em detalhes, a definição que ela fornece permanece muito geral e está ligada a referência comercial. É necessária uma definição específica de RSU, que leve em consideração as características genuínas da universidade, entidade dedicada principalmente à construção e transmissão de conhecimentos humanísticos e científicos, e que nunca poderá ser reduzida a uma mera empresa de “serviços educacionais” para estudantes “clientes”.

Além das atividades essenciais para o cumprimento da RSU, como ensino, pesquisa, extensão e gestão (cada qual com seus parâmetros), os estudos demonstraram que a comunicação social é uma via essencial para a formação e o fortalecimento da RS (NÚÑEZ PAULA; BERMÚDEZ REYES, 2019). Mesmo assim, Aldeanueva Fernández e Arrabal Sánchez (2018) concluíram que os conceitos semânticos associados à RSC não fazem parte das estratégias de comunicação, quando da análise do Twitter de 83 IES espanholas, públicas e privadas.

Observou-se ainda que algumas das orientações de RSU, assumidas pelas instituições públicas, estão relacionadas diretamente ao conjunto de ações estratégicas derivadas do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como revela o estudo de López-Noriega, Zalthen-Hernández e Carrillo-Marín (2015). Aliado a isso, há estudo sobre ações e estratégias que são usadas nos processos pedagógicos e didáticos (LEAL; MORENO, 2015). Já outras análises, têm a RSU presente na concepção institucional. Entretanto, a temática não constitui, no momento, uma política sustentável e eficiente, dado que há ausência de referências explícitas a ela (KUČEROVÁ; FORMÁNKOVÁ; PRÍSAŽNÁ, 2016; HERNANDEZ-CORCHETE, 2017).

Por outro lado, pode ser que a RSU seja considerada na missão, visão, princípios e valores da instituição, mas não está sendo assumida na práxis institucional (pesquisa, ensino e extensão), sendo necessário que os quadros diretivos desenhem linhas e políticas que possibilitem uma real aplicação nos quatro eixos organizacionais (ARISTIMUÑO; MONROY, 2014). Ainda há aquelas que são fundamentadas pela Declaração Mundial sobre Educação Superior da Unesco de 1998, como identificou o estudo de Alamilla et al. (2017).

Com isso entende-se que cada IES concentra sua estratégia de RSU (políticas, projetos e alocação de orçamento) e, portanto, busca por sua legitimação em diferentes aspectos (MIOTTO; BLANCO GONZÁLEZ; CASTILLO FEITO, 2018). Em alguns casos, porém, constatações revelam que as práticas relacionadas à responsabilidade social e à sustentabilidade estão sujeitas à racionalidade econômica em detrimento das necessidades dos setores sociais mais desfavorecidos. Assim, priorizam o cumprimento dos objetivos de promoção e venda de uma universidade impelidos a se comportar como uma empresa (VALDUNCIEL, 2018).

Mendoza-Fernandez, Salas-Solano e Lopez-Juvinao (2015), em estudo em universidades da Venezuela e Colômbia, identificaram que ainda se fazem necessárias: (i) a implementação de diretrizes para o fortalecimento do pensamento estratégico e da RS; (ii) a implantação de um modelo socialmente responsável; (iii) a avaliação permanente do contexto da instituição para determinar as orientações, métodos e condições que propiciem a compreensão e busca de melhoria da RS; (iv) a implementação

de um modelo estratégico com programas, palestras e outras atividades para membros e comunidades. Necessidades essas que corroboram com o identificado por Céspedes Aguirre (2019), o qual concluiu que ainda falta às autoridades universitárias que deem o primeiro passo proposto por Vallaey, Cruz e Sasia (2009). O autor se refere à compreensão da RSU, para então trabalhá-la junto aos atores da universidade, demonstrando que existe um compromisso em se tornar socialmente responsável.

Além disso, avanços nas políticas públicas que incorporam diferentes elementos do conceito de RS aos sistemas de ensino superior de cada país seriam importantes ferramentas para estabelecer metodologia(s) de avaliação da RSU. Sobre isto, Martí-Noguera e Quezada (2019) identificaram uma série de avanços legislativos nos sistemas de ensino superior do Brasil (2004), Venezuela (2005), Peru (2014), Equador (2015), Colômbia (2018) e Chile (2018). A análise apresenta convergências e especificidades que refletem nuances diferenciais entre as tradições de cada país. Mesmo assim, entenderam haver plena relevância social na construção de um sistema de ensino superior socialmente responsável na América Latina, uma vez que é urgente identificar os principais avanços e desafios que existem atualmente para as IES no continente. Para tal, os autores propõem três principais componentes norteadores da formulação de uma política pública socialmente responsável no ensino superior: declarativa (Plano Estratégico e Modelo Educacional), relacional (*Stakeholders*) e operacional (acreditação de qualificações e serviços).

Vélez (2016), em um estudo piloto, propõe avaliar a RSU segundo as seguintes dimensões: 1) Curricular e pedagógica; 2) Organizacional; 3) Investigação, desenvolvimento e inovação; 4) Relação com o meio ambiente; 5) Ambiental; 6) Internacionalização. Com isso, o autor incentiva avaliações que, além de considerar o que foi feito, solicitem documentação que o endosse. Já Ramallo (2015) constatou que existem diferentes formas de compreender a avaliação da RSU e assim recomenda as seguintes metodologias: avaliar a quantidade e a qualidade da informação sobre RS que é disseminada nas páginas institucionais; avaliar as ações planejadas e implementadas, medindo os impactos de tais ações; e avaliar se a prestação de contas é realizada perante a sociedade.

Ramallo (2015) e Dueñas (2015) enfatizam que as características recorrentes nas avaliações estão relacionadas a boas práticas em: ética, educação cívica, sustentabilidade, meio ambiente, relacionamento com a comunidade, crescimento econômico, equidade social, democracia, marketing responsável e imagem institucional. Tais padrões seriam notados independentemente da amplitude geográfica em que a RSU é desenvolvida.

Apesar dos diferentes tipos de avaliação, Ramallo (2015) entende que a natureza da avaliação da RSU deve ser participativa e contextualizada e é fortemente condicionada pelo modelo de gestão que a universidade assume e, principalmente, pela concepção de avaliação que adota. Também autores como Burcea e Marinescu (2011), Aristimuño e Monroy (2014), Leal e Moreno (2015), Vázquez, Aza e Lanero (2015), López-Noriega, Zalthen-Hernández e Cervantes-Rosas (2016), Hernandez-Corchete (2017), Shaari et al. (2018), Valdunciel (2018), Céspedes Aguirre (2019), Gallardo-Vázquez (2019) destacam que as IES precisam considerar seu contexto local e regional para elaborar uma metodologia de avaliação da RSU.

Como esperado, as metodologias destacadas na literatura para avaliar a RSU indicam a falta de parâmetros a serem utilizados pelas IES públicas. Foram também aplicados diferentes estudos empíricos para o levantamento de dados, sendo as pesquisas divididas em análises documentais, percepção de estudantes, perspectiva de docentes, dirigentes, reitores, decanos e/ou ainda de grupos de interesse internos e externos. Como instrumentos de coleta foram usados principalmente entrevistas e questionários, adaptados das mais diversas literaturas em sua maioria validados por especialistas. Ressalta-se que apenas Céspedes Aguirre (2019), tomando como referência o que foi levantado por Vallaey, Cruz e Sasia (2009), buscou conhecer tanto a percepção dos grupos internos como dos grupos externos sobre a RSU da *Universidad Nacional*

Hermilio Valdizán de Huánuco-Perú. A maioria dos estudos analisa o impacto da RSU sob a ótica de um ou outro usuário e não conjuntamente o que prejudica ainda mais a criação de tais parâmetros.

Frente ao exposto, constata-se uma diversidade de formas para identificar ações e formas de avaliação da RSU em instituições públicas. Vale destacar que tal diversidade pode ser explicada pelas diferentes perspectivas a respeito da natureza e finalidade da universidade pública presentes na literatura. Como terceiro elemento dessa revisão são descritas as limitações e contribuições da Responsabilidade Social para o ensino superior.

Quanto as limitações e contribuições da RSU para o ensino superior

Após as discussões sobre os conceitos, aplicabilidade e avaliação da RSU presentes nos artigos, é demonstrado a partir da Figura 1 as principais contribuições (pontos positivos) e limitações (pontos negativos) da RSU para a ensino superior.

Figura 1 – Contribuições e limitações da RSU, a partir da revisão integrativa

Contribuições	Limitações
<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) é adequado ao universo das IES; - A gestão dos impactos prevalece como modelo mais utilizado; - Transversalidade da RSU nas quatro áreas fins da universidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de RSU não é consolidado; - Ligação com aspecto mercadológico; - Não há um modelo de RSU consensuado; - Falta de um padrão de indicadores para avaliar e elaborar relatórios de RSU;

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Entre as limitações destaca-se o fato de a RSU não ter um conceito consolidado (QUEZADA, 2011; HERNANDEZ-CORCHETE, 2017; CÉSPEDES AGUIRRE, 2019) e, eventualmente, ser interpretada pela visão mercadológica. Isto determina uma visão estreita da RS ligada ao contexto empresarial (SIDOROVA, 2015; ALAMILLA et al., 2017; VELDMAN, 2018) e não universitário, como a exemplo das limitações observadas nos modelos *Global Reporting Initiative's Sustainability Reporting Guidelines (GRI G4)* (JIMÉNEZ; MARTÍNEZ; LÓPEZ, 2016) e na ISO 26000 (VALLAEYS; ÁLVAREZ RODRÍGUEZ, 2019). Frente a estas circunstâncias, observou-se também que não há modelo ideal de RSU consensuado, resultando na falta de parâmetros para avaliar e conseqüentemente estruturar relatórios que considerem o contexto próprio de atuação das IES (MENDOZA-FERNANDEZ; SALAS-SOLANO; LOPEZ-JUVINAO, 2015; RAMALLO, 2015; HERNANDEZ-CORCHETE, 2017; MARTÍ-NOGUERA; QUEZADA, 2019).

Já as contribuições se referem a importância do modelo de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), que contempla o universo das IES no que se refere ao conceito e abordagem da RSU e pode ser uma possibilidade

para consolidar o conceito de RSU como se espera (VILLALONGA; PASPUEL, 2015; LÓPEZ-NORIEGA; ZALTHEN-HERNÁNDEZ; CERVANTES-ROSAS, 2016; ALAMILLA et al., 2017; MIOTTO; BLANCO GONZÁLEZ; CASTILLO FEITO, 2018; CÉSPEDES AGUIRRE, 2019).

Nessa conjuntura, notou-se que a gestão dos impactos prevaleceu como metodologia mais utilizada, seja considerando o modelo de Vallaey, Cruz e Sasia (2009), seja por meio de outros modelos adaptados de normas internacionais ou mesmo da literatura (RAMOS PARRA; GARCÍA MARTÍNEZ; PÉREZ CEDEÑO, 2011; SALOM; PELEKAIS; NÚÑEZ, 2011; MADZÍK; BUDAJ; CHOCHOLÁKOVÁ, 2018; MARTÍ-NOGUERA; QUEZADA, 2019). Isso demonstra que o movimento da RSU perpassa por uma visão mais ampla e transversal do compromisso social, sendo diretamente ligada aos quatro processos principais de atuação das universidades, envolvendo ainda a integração dos atores internos e externos (VILLALONGA; PASPUEL, 2015; RUIZ-CORBELLA; BAUTISTA CERRO RUIZ, 2016).

Assim, a partir da revisão integrativa, ficou evidente que há muito o que se avançar na compreensão e avaliação da RSU, especialmente nas universidades públicas, foco deste estudo. Resta acima de tudo entender que a responsabilidade social exige o envolvimento “de e entre” todos os envolvidos na atuação universitária conforme propõe Vallaey (2017).

Considerações finais

A revisão integrativa dos 44 estudos demonstra que as principais categorias presentes sobre a temática de RSU residem: na discussão sobre o seu conceito, aplicabilidade e avaliação junto as instituições públicas e, por fim, nas limitações e contribuições da temática para educação superior. Assim, a revisão e análise realizadas neste trabalho revelaram aspectos teóricos e práticos da RSU, demonstrando ser uma área de estudo relativamente jovem e em construção. Também demonstram que se trata de conceito não consolidado, dado que possui fragilidades no seu entendimento, com compreensões que muitas vezes se entrecruzam e complementam. Em outras, assumem um caráter contraditório, como o fato de abranger ou não os quatro principais eixos de atuação das IES, ser retratada como mera extensão ou ainda como reprodução da RSE.

Com isso são reveladas dificuldades quanto a sua implantação como modelo de gestão e na ausência de diretrizes para sua avaliação. Isto se refere tanto às políticas públicas, que deixam de incorporar diferentes elementos do conceito de RS aos sistemas de ensino superior público de cada país, como a falta de reconhecimento dos gestores e do público interno e externo das IES sobre a efetiva responsabilidade que devem assumir. Isto se evidencia nos pontos negativos identificados nesta revisão.

Apesar desse cenário, o modelo de Vallaey, Cruz e Sasia (2009) é reconhecido, principalmente na América Latina. O reconhecimento está ligado à constatação do trabalho que o movimento da RSU envolve amplitude e transversalidade do compromisso social nos quatro processos básicos da universidade, produto de construção coletiva da interação universidade-sociedade.

Esta pesquisa permitiu então revelar categoricamente, num recorte temporal significativo de 15 anos, o panorama do que foi produzido sobre RSU em IES pública. Foram abordados os conceitos, modelos e as metodologias de avaliação, possibilitando que novas discussões possam ser realizadas. Especialmente no que concerne as limitações que a RSU enfrenta e que, se bem identificadas e trabalhadas nas IES, podem servir como oportunidades de melhoria para as interações entre as instituições educacionais e a sociedade.

Como limitação dessa pesquisa ressalta-se que a busca foi realizada apenas na base de dados da *Web of Science* e, como consequência natural dessa situação, investigações não inclusas nessa base de dados estão

fora do escopo do presente estudo. Arelada a isso fica a sugestão de pesquisas futuras com a ampliação do estudo para outras bases de dados e a realização de mais investigações que permitam a construção de uma escala confiável para a mensuração da RSU em IES públicas. Fica evidente que o tema requer uma investigação mais aprofundada, em diferentes regiões com diferentes origens, que contribuirão na construção do conceito e práticas em consonância com a natureza e a finalidade da universidade pública.

Referências

- ALAMILLA, N. M. E.; *et al.* Ciudadanía en el currículo educativo: Un análisis del Modelo de Responsabilidad Social Universitaria en una universidad pública. **Revista CS**, 23, p. 77-104, 2017.
- ALDEANUEVA FERNÁNDEZ, I.; ARRABAL SÁNCHEZ, G. La comunicación y medición de la responsabilidad social universitaria: redes sociales y propuesta de indicadores. **Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria**, v. 12, n. 1, p. 121-136, 2018.
- ARISTIMUÑO, M.; MONROY, C. R. Responsabilidad Social Universitaria. Su Gestión desde la Perspectiva de Directivos y Docentes. Estudio de Caso: Una Pequeña Universidad Latinoamericana. **Interciencia**, v. 39, n. 6, Jun. 2014.
- BAÑOS-GARCÍA R.; LEYVA-MADRIGAL A. Responsabilidad social de la universidad cubana en la formación de médicos bolivianos. **Medisur**, v. 17, n. 1, 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção, p. 3.
- BURCEA, M.; MARINESCU, P. Students' Perceptions on Corporate Social Responsibility at the Academic Level. Case Study: The Faculty of Administration and Business, University of Bucharest. **Amfiteatru Economic**, v. XIII, n. 29, p. 207-220, February 2011.
- CALDERÓN, A. I.; GOMES, C. F.; BORGES, R. M. Responsabilidade social da educação superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011). **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 653-679, 2016.
- CEA ESTERUELAS, N. Responsabilidad social universitaria: el papel de los medios de comunicación y sus stakeholders. **Retos Revista de Ciencias de la Administración y Economía**, v. 8, n. 16, p. 95-105, 2018.
- CÉSPEDES AGUIRRE, L. L. Percepción de los grupos de interés de la Responsabilidad Social Universitaria en una universidad pública. **Revista Conrado**, v. 15, n. 70, p. 81-89, 2019.
- CLARIVATE. **Web of science core collection**. Disponível em: <<https://clarivate.com/webofsciencegroup/solutions/web-of-science-core-collection/>>. Acesso em: 10 junho 2021.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Web of Science lança nova versão de base de dados**. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/>>. Acesso em: 27 maio 2020.
- CRASTO, C.; MARÍN, F.; SENIOR, A. Responsabilidad social en la gestión universitaria: una construcción colectiva. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 25 n. 2, p. 183-208, abril-junio, 2016.
- DELGADO, M.; VARGAS, J. A.; RAMOS, I. Los retos de la responsabilidad social universitaria: construyendo una paz desde la universidad. **Educación Superior y Sociedad**, v. 13, n. 2, p. 63-90, 2012.
- DUEÑAS, M. A. S. Responsabilidad social universitaria: una mirada desde América Latina y Colombia. **Inquietud Empresarial**, v. XV, n. 2, p. 65-85, 2015.
- DUQUE, P.; CERVANTES-CERVANTES, L. S. Responsabilidad Social Universitaria: una revisión sistemática y análisis bibliométrico. **Estudios Gerenciales**, v. 35, n. 153, p. 451-464, 2019.

- GALLARDO-VÁZQUEZ, D. Escala de medida de Responsabilidad Social en el contexto universitario: una triple visión basada en competencias, formación y participación del estudiante. **Estudios Gerenciales**, v. 35, n. 151, p. 159-177, 2019.
- GASCA-PLIEGO, E.; OLVERA-GARCÍA, J. C. Construir ciudadanía desde las universidades, responsabilidad social universitaria y desafíos ante el siglo XXI. **Convergencia - Revista de Ciencias Sociales**, v. 18, n. 56, mayo-agosto, pp. 37-58, 2011.
- HERNÁNDEZ-CORCHETE, S. Relaciones públicas, Responsabilidad Social Corporativa y Universidad. Análisis de la RSU del Centro Universitario de la Defensa de Zaragoza. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, n.13, v. VII, p. 199-226, 2017.
- HSIEH, H. C. L. Applying Action Research in Design Curricula to Fulfill University Social Responsibility - A Case Study of the Pnguu Community of the Tsou Tribe. **Sustainability**, v. 11, 2019.
- JIMÉNEZ, C. G.; MARTÍNEZ, A. G.; LÓPEZ, M. A. "Propuesta de indicadores de la Responsabilidad Social Universitaria conforme a la Guía G4 del GRI: el caso de la Universidad de Córdoba", CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 87, p. 103-137, 2016.
- KUČEROVÁ, R.; FORMÁNKOVÁ, S.; PRÍSAŽNÁ, M. "Social Responsibility in High Education Institutions: Evidence from Economic Faculties in Czech Republic". **Journal on Efficiency and Responsibility in Education and Science**, v. 9, n. 4, pp. 88-96, 2016.
- LEAL, G. L. G.; MORENO, J. R. V. La responsabilidad social universitaria en Unicafam: un enfoque de gestión que involucra la proyección social. **Revista Logos Ciencia & Tecnología**, v. 6, n. 2, p. 235-240, 2015.
- LEIGH-HUNT, N. *et al.* A qualitative study of enablers and barriers influencing the incorporation of social accountability values into organisational culture: a perspective from two medical schools. **Israel Journal of Health Policy Research**, v. 4, n. 48, p. 1-8, 2015.
- LO, C. W. *et al.* University Social Responsibility: Conceptualization and an Assessment Framework. In: SHEK, Daniel T. L.; HOLLISTER, Roberto M. **University Social Responsibility and Quality of Life: A Global Survey of Concepts and Experiences**. v. 8. [S.l]: Springer Nature Singapore, 2017. p. 37-59.
- LONDOÑO, I. C. Modelo de Responsabilidad Social EAM Ejemplar. In: FERNÁNDEZ, I. A. *et al.* **Experiencias iberoamericanas en responsabilidad social universitaria**. Medellín: Funlam, 2015.
- LÓPEZ-NORIEGA, M. D.; ZALTHEN-HERNÁNDEZ, L.; CARRILLO-MARÍN, A. M. Las Buenas Prácticas en el Marco de la Responsabilidad Social Universitaria. **Ra Ximhai**, v. 11, n. 4, p. 101-112, 2015.
- LÓPEZ-NORIEGA, M. D.; ZALTHEN-HERNÁNDEZ, L.; CERVANTES-ROSAS, M. de los Á. La responsabilidad social universitaria desde la perspectiva del alumno. **Ra Ximhai**, v. 12, n. 6, p. 305-314, 2016.
- MADŽÍK, P.; BUDAJ, P.; CHOCHOLÁKOVÁ, A. Practical Experiences with the Application of Corporate Social Responsibility Principles in a Higher Education Environment. **Sustainability**, v. 10, 2018.
- MARTÍ-NOGUERA, J. J.; GAETE, R. Construcción de un sistema de Educación Superior socialmente responsable en América Latina: Avances y desafíos. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 97, 2019.
- MARTIN VALDUNCIEL, M. E. Responsabilidad social y sostenibilidad en bibliotecas universitarias españolas: problematización del discurso desde perspectivas de análisis crítico. **Athenea Digital**, v. 18, n. 1, p. 385-404, 2018.
- MARTÍNEZ-USARRALDE, M. J.; GIL-SALOM, D.; MACÍAS-MENDOZA, D. Revisión sistemática de Responsabilidad Social Universitaria y Aprendizaje Servicio. Análisis para su institucionalización. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, v. 24, n. 80, p. 149-172, 2019.
- MARTÍNEZ-USARRALDE, M.; LLORET-CATALÁ, C.; MAS-GIL, S. Responsabilidad Social Universitaria (RSU): Principios para una Universidad Sostenible, Cooperativa y Democrática desde el Diagnóstico Participativo de su Alumnado. **Archivos analíticos de políticas educativas**, v. 25, n. 75, 10 de julio 2017.
- MEBARACK, W. A. G.; RUIZ, R. A. T. Buena práctica de RSU em gestión social del conocimiento y participación social: Proyecto "Inventa Diseño" Utec, elaboración de manuales de identidad corporativa. In: VILLA, E. de (Coord.). **Responsabilidad social de las universidades**: Tomo VII. 1. ed. Buenos Aires: Fundación Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria - RLCU, 2018.

- MIOTTO, G.; BLANCO GONZÁLEZ, A.; CASTILLO FEITO, C. del. Social Responsibility: A Tool for Legitimation in Spanish Universities' Strategic Plans. **Trípodos**, n. 42, p. 59-79, 2018.
- NASCIMENTO, J. M. L. et al. Metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades públicas. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba-SP, v. 20, n. 3, p. 685-702, nov. 2015.
- NEJATI, M. *et al.* Corporate social responsibility and universities: a study of top 10 world universities websites. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 2, p. 440-447, 2011.
- NOGUERA, A. L.; CUBILLOS, L. F. La pertinencia de las facultades de administración: un estudio prospectivo al 2015. **Revista Universidad y Empresa**, v. 6, n. 12, p. 194-224, 2015.
- NÚÑEZ PAULA, I. A.; BERMÚDEZ REYES, E. Valores, Responsabilidad Social Universitaria (RSU), Educación para el Desarrollo Sostenible (EDS) y Gestión de la Comunicación Organizacional. **GECONTEC: Revista Internacional de Gestión del Conocimiento y la Tecnología**, v. 7, n. 1, 2019.
- QUEZADA, G. R. La responsabilidad social universitaria como desafío para la gestión estratégica de la educación superior: el caso de España. **Revista de Educación**, v. 355, p. 109-133, Mayo-agosto 2011.
- RAMALLO, M. La evaluación de la Responsabilidad Social Universitaria. **Debate Universitario**, p. 25-38, noviembre 2015.
- RAMOS PARRA, C.; GARCÍA MARTÍNEZ, J.; PÉREZ CEDEÑO, Y. La universidad de servicio como paradigma de la educación superior. **Revista de Ciencias Sociales (RCS)**, v. XVII, n. 1, p. 48-58, 2011.
- RUIZ-CORBELLA, M.; BAUTISTA-CERRO RUIZ, M. J. La Responsabilidad Social en La Universidad Española. **Teor. educ.** v. 28, pp. 159-188, 2016.
- SALOM, J.; PELEKAIS, C. de; NÚÑEZ, M. G. Responsabilidad social desde el enfoque de la gestión pública en el sector universitario. **Revista de Ciencias Sociales (RCS)**, v. XVII, n. 1, pp. 70-80, 2011.
- SANTELLI, G. E.; MONTOYA, M. G. La responsabilidad social universitaria en Ecuador. **Estudios de la Gestión: revista internacional de administración**, n. 1, p. 9-27, 2017.
- SHAARI, R et al.. The Impact of University Social Responsibility towards Producing Good Citizenship: Evidence from Malaysia. **International Journal of Organizational Leadership**, v. 7, p. 374-382, 2018.
- SIDOROVA, L. Responsabilidad Social y Gestión Organizacional en La Universidad de Carabobo: Sincronismo Ineludible en Cambios Coyunturales. **Revista Multidisciplinaria Dialógica**, v. 12, n. 1, p. 208-234, 2015.
- SOARES, C. B. et al. Integrative review: Concepts and methods used in Nursing. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v. 48, n. 2, p. 335-345, 2014.
- VALLAEYS, F. Les fondements éthiques de la Responsabilité Sociale [en línea]. **Tesis**. Doctoral sostenida. Doctorat de Philosophie, Université Paris Est Creteil, 2011.
- VALLAEYS, F. La responsabilidad social universitaria: un nuevo modelo contra la mercantilización. **Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)**, México, v. 5, n. 12, p. 105-117, 2014.
- VALLAEYS, F. Responsabilidade social universitária: uma definição prudente e responsável. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Faccat, Taquara/RS, v. 14, n. 2, jul./dez. 2017.
- VALLAEYS, F.; ÁLVAREZ RODRÍGUEZ, J. Hacia una definición latinoamericana de responsabilidad social universitaria. Aproximación a las preferencias conceptuales de los universitarios. **Educación XXI**, v. 22, n. 1, p. 93-116, 2019.
- VALLAEYS, F.; CRUZ, C. de la; SASIA, P. M. **Responsabilidad social universitaria: manual de primeros pasos**. México: The McGraw-Hill Companies; Inter-American Development Bank, 2009.
- VÁZQUEZ, J. L.; AZA, C. L.; LANERO, A. Students' experiences of university social responsibility and perceptions of satisfaction and quality of service. **EKONOMSKI VJESNIK**, v. XXVIII, p. 25-39, 2015.
- VÉLEZ, A. L. L. Propuesta de modelo de evaluación de la Innovación Social Universitaria Responsable (ISUR). **Estudios Sobre Educación**, v. 30, p. 71-93, 2016.
- VELDMAN, F. J. Market-driven global directives and social responsibility in higher education. **African Journal of Business Ethics**, v. 12, n.1, p. 78-103, 2018.

VILLALONGA, Y. V.; PASPUEL, E. F. A. Desarrollo Sustentable y Responsabilidad Social Em La Educación Superior. **Revista San Gregorio**, n. 10, v. 2, p. 93-105, 2015.

VILLANUEVA, E. Responsabilidad social universitaria: um horizonte de cambios para las universidades latinoamericanas. In: FUENTE, J. R. de la; DIDRIKSSON, A. (Coord.). **Universidad, responsabilidad social y bien público**: el debate desde América Latina. México: Miguel Angel Porruá, 2012.

Recebido em: 11.09.2020

Aceito em: 24.06.2021